

FRAUDES NO INSS

Escândalo ronda Lula, com filho e ex-assessor

Dino autoriza PF a abrir terceiro inquérito contra Lulinha por tráfico de influência. Repasse a ex-chefe de gabinete do presidente pressiona a campanha eleitoral

» ARMANDO HOLANDA
» ALÍCIA BERNARDES

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou, ontem, a abertura de um novo inquérito contra Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, por suspeita de tráfico de influência em órgãos federais. Com a decisão, sobe para três o número de investigações que envolvem o filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Dino também ordenou uma apuração sobre supostos vazamentos de informações sigilosas relacionadas aos casos. Nos bastidores do PT, integrantes da legenda demonstram incômodo com a sequência de dados tornados públicos durante as apurações. O mal-estar aumentou após a divulgação de que o ex-chefe de gabinete da Presidência Marco Aurélio Santana Ribeiro, conhecido como Marcola, recebeu pagamentos da empresária Roberta Luchsinger, amiga de Lulinha, e um dos nomes investigados na Operação sem Desconto, sobre fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A apuração da PF sobre o repasse financeiro a Marcola — cujo valor não foi divulgado — levou um novo foco de desgaste para o núcleo mais próximo de Lula. O caso atingiu em cheio a chamada “cozinha” do Palácio do Planalto e abriu um impasse dentro da campanha presidencial: manter um dos auxiliares de maior confiança de Lula ou afastá-lo, caso as explicações sobre a movimentação financeira não convençam os investigadores.

Roberta Luchsinger é investigada pela PF por suspeita de participação no esquema de fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Em nota, Marcola confirmou ter recebido os recursos, mas afirmou que se tratava de um empréstimo entre particulares, posteriormente quitado, e negou qualquer irregularidade.

A revelação da movimentação financeira provocou desconforto entre auxiliares do presidente e colocou o caso no radar do Planalto. Nos bastidores, interlocutores admitem que a principal preocupação do governo é impedir que o episódio amplie o desgaste político de Lula durante a campanha.

Reprodução/Redes Sociais



A defesa afirmou que Lulinha vai se colocar à disposição para prestar todos os esclarecimentos necessários

No gabinete presidencial, cresce a expectativa de que Marcola apresente documentos capazes de comprovar a origem e a natureza da operação financeira. A avaliação de integrantes do governo é que esses comprovantes serão determinantes para definir o futuro político do ex-chefe de gabinete.

Apesar da pressão, auxiliares próximos ao presidente afirmam que Lula não pretende tomar qualquer decisão antes de conhecer os elementos que serão apresentados à investigação. A cautela é explicada, sobretudo, pela relação de confiança construída ao longo de anos entre o chefe do Executivo e Marcola.

Considerado um dos homens mais próximos de Lula, Marcola integrou o núcleo político do presidente em diferentes momentos de sua trajetória e mantém uma amizade antiga com o petista. Esse histórico pesa a seu favor nas discussões internas e faz com que integrantes do governo defendam que qualquer

decisão seja tomada apenas após o esclarecimento dos fatos.

“Serenidade”

Em entrevista ao **Correio**, o advogado Marco Aurélio de Carvalho, coordenador da defesa de Lulinha, afirmou que a decisão de abertura do terceiro inquérito contra o cliente foi recebida “com serenidade e tranquilidade”. Ele garantiu que o filho do presidente vai colaborar integralmente com as investigações.

“O Fábio vai se colocar à disposição para prestar todo e qualquer esclarecimento necessário. Não há qualquer tipo de receio. A ele, mais do que a qualquer outra pessoa, interessa o esclarecimento dos fatos”, disse. O defensor acrescentou que confia “integralmente na condução serena e equilibrada do ministro Flávio Dino” e ressaltou que ninguém está acima da lei, desde que o processo transcorra com respeito às garantias legais.

Marco Aurélio também

confirmou ter se reunido, na segunda-feira, com o ministro da Justiça, Wellington César Lima e Silva, para tratar do caso. O encontro foi confirmado pela assessoria da pasta. Segundo o advogado, o objetivo foi reforçar o pedido para que sejam identificados os responsáveis pelos vazamentos de informações decorrentes das investigações envolvendo o filho do presidente. A defesa já havia protocolado representações tanto no Ministério da Justiça quanto na Polícia Federal solicitando providências para apurar a divulgação de dados sigilosos.

“Levei ontem a minha preocupação ao ministro da Justiça pedindo que ele reforçasse os esforços do diretor-geral da Polícia Federal para identificar os servidores que fizeram uso das suas funções para promover vazamentos clandestinos e criminosos”, frisou. Na avaliação de Marco Aurélio, a Polícia Federal recuperou sua autonomia institucional e deve atuar de forma independente, sem interferências políticas.

PF: R\$ 11 milhões à mulher de Weverton

» DANANDRA ROCHA
» IAGO MAC CORD

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou operações de busca e apreensão e o afastamento do sigilo de dados telefônicos contra uma rede suspeita de lavagem de capitais, em mais uma fase da Operação Sem Desconto, que apura suspeitas de lavagem de recursos desviados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O foco das investigações é o senador Weverton Rocha (PDT-MA), apontado como suposto beneficiário final, e o advogado Willer Tomaz de Souza, descrito pela Polícia Federal como um “verdadeiro hub financeiro, patrimonial e logístico” a serviço do parlamentar.

A decisão abrange 11 pessoas físicas e jurídicas, incluindo familiares do senador e escritórios de advocacia. As investigações apontam para um esquema financeiro destinado a ocultar a origem de recursos supostamente resultantes de corrupção passiva.

Entre os valores citados na decisão de Mendonça está a compra de uma mansão no Lago Sul avaliada em R\$ 6 milhões e apontada como a residência de Weverton. Embora o parlamentar tenha negociado o imóvel — com R\$ 4 milhões de sinal e R\$ 2 milhões de saldo —, a aquisição foi formalizada em abril de 2023 em nome da empresa WT Administração de Imóveis, ligada a Willer Tomaz. Essa discrepância

Reprodução/Instagram



Weverton e Samya: senador disse ser alvo por sua atuação política

evidenciou o que Mendonça classificou como uma separação entre o nome que constava no papel e quem realmente se beneficiava do bem.

“Há correlação temporal entre comunicações, aportes e cobranças; identificação de movimentações atípicas; indícios de transporte aéreo de numerário; e documentação societária que sugere gestão centralizada por pessoas diversas dos sócios formais”, ressaltou o ministro.

As movimentações financeiras descritas na decisão revelam cifras milionárias que circulavam entre os parentes do parlamentar

e empresas do advogado. A mulher do senador, Samya Rocha, teria recebido mais de R\$ 11 milhões de empresas ligadas a Willer no período investigado.

Em um episódio específico de 2024, conversas interceptadas indicam que o senador cobrou um repasse de R\$ 500 mil, valor que a operadora financeira Fayla Zulmira Menezes confirmou ter sido depositado diretamente na conta de Samya, após consulta a Willer.

Além disso, a filha do senador, Anna Catarina, é apontada como gestora de postos de combustíveis que, apesar de declararem crise

financeira, movimentaram repasses de R\$ 5 milhões para empresas do grupo e organizaram a logística para o depósito de quantias em dinheiro vivo.

A decisão de Mendonça também detalha a suspeita de circulação de notas em espécie fora do sistema bancário, reforçada pela apreensão de R\$ 1 milhão em dinheiro vivo, ocorrida em maio, com uma pessoa que supostamente entregaria o montante a um ex-assessor de Weverton.

Defesa

Em nota, Weverton afirmou que não foi alvo direto das buscas e disse que já esperava sofrer ataques por conta da atuação política e da candidatura ao Senado. O parlamentar declarou, no entanto, ter ficado surpreso com o envolvimento de seus familiares e apoiadores na investigação.

Ele sustentou, também, que todas as movimentações financeiras citadas na investigação decorrem de atividades empresariais e profissionais devidamente declaradas à Receita Federal. Ressaltou, ainda, que o próprio Ministério Público Federal havia se posicionado contra a realização das buscas contra seus parentes e aliados políticos.

“Apesar da dureza do jogo político, reafirmo que não me renderei. Me manterei firme no propósito de lutar pelo Maranhão, ao lado de todos que mais precisam”, declarou o parlamentar.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

maurenilson



Escândalo do INSS chega ao Planalto e põe campanha de Lula na defensiva

Era pedra cantada que o escândalo do INSS se transformaria numa dor de cabeça para a campanha de reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O que não estava no radar dos gerenciadores de crise do Palácio do Planalto era que, além das investigações sobre Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, o caso chegaria a Marco Aurélio Santana Ribeiro, o Marcola, ex-chefe de gabinete do presidente, assessor discreto e poderoso, que atendia as ligações para o celular do presidente da República e entrava no seu gabinete sem se anunciar.

Marcola confirmou ter recebido R\$ 80 mil da empresária Roberta Luchsinger, investigada pela Polícia Federal e apontada como amiga e possível intermediária de interesses do filho de Lula. Marcola afirma que o dinheiro foi um empréstimo pessoal e que a dívida já foi quitada. O problema político é que, até agora, não apresentou publicamente os comprovantes da contratação e do pagamento. Surpreendido, Lula cobrou explicações de seu ex-auxiliar, que deixou o gabinete para atuar na campanha há algumas semanas.

Mais do que um constrangimento para o Palácio do Planalto, o episódio criou uma crise na campanha de Lula, porque a movimentação financeira partiu de uma personagem investigada no escândalo do INSS, com práticas de lobista que levaram a Polícia Federal a abrir três frentes de apuração envolvendo Lulinha. De certa forma, o caso equaliza os desgastes de seu principal adversário, Flávio Bolsonaro (PL), com seu envolvimento com o banqueiro Daniel Vercaro, protagonista do escândalo do Banco Master.

O escândalo do INSS ressurgiu no pior momento. Depois de gastar bilhões de reais para ressarcir aposentados e pensionistas pelos descontos associativos não autorizados em seus benefícios, o governo esperava virar a página da Operação Sem Desconto. A restituição reduziu o prejuízo imediato das vítimas, porém não eliminou a pergunta mais perigosa: quem se beneficiou do esquema e até onde chegavam suas conexões dentro do poder?

As investigações começam pela cobrança irregular de mensalidades de associações e sindicatos nos benefícios previdenciários. Segundo a Polícia Federal, entidades obtinham autorizações inexistentes ou fraudulentas e descontavam valores diretamente de aposentadorias e pensões. Antônio Carlos Camilo Antunes, o Careca do INSS, é apontado como um dos principais operadores do esquema, que envolve servidores, dirigentes de entidades, empresários e agentes políticos na arrecadação, intermediação e/ou da lavagem do dinheiro.

O nome de Lulinha apareceu a partir das relações de Antunes com Roberta Luchsinger. Edson Claro, ex-funcionário do Careca do INSS, declarou que o lobista teria feito um pagamento milionário ao filho do presidente e lhe repassaria uma “mesada” de R\$ 300 mil. Uma mensagem analisada pelos investigadores registra Antunes indicando “o filho do rapaz” como destinatário de um pagamento, seguido de uma transferência de R\$ 300 mil para uma empresa de Roberta. A interpretação de que a expressão se referia a Lulinha é uma hipótese ainda sob investigação.

Tráfico de influência

A Polícia Federal também identificou viagens de Lulinha, Antunes e Roberta à Europa em períodos coincidentes. A defesa reconhece que Lulinha viajou a convite do empresário para conhecer um projeto relacionado a medicamentos à base de canabidiol, mas nega que os dois tenham mantido negócios. Também rejeita a acusação de que o filho de Lula tenha recebido dinheiro do Careca do INSS ou atuado para facilitar seus interesses no governo.

A primeira investigação autorizada pelo ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), apura suspeitas de corrupção e tráfico de influência em favor de Antunes. O objetivo é verificar se Lulinha teria usado sua proximidade com o presidente para abrir portas no Ministério da Saúde e em outros órgãos para projetos de cannabis medicinal e telemedicina. A segunda apura uma possível atuação em benefício de empresários interessados em contratos da Dataprev, empresa pública que administra dados previdenciários. A terceira, autorizada pelo ministro Flávio Dino, examina negócios supostamente irregulares de um grupo ligado a Roberta Luchsinger em diferentes áreas da administração federal. Os detalhes permanecem sob sigilo.

A defesa diz que Lulinha se colocará à disposição das autoridades, nega qualquer relação direta ou indireta com irregularidades e acusa setores da Polícia Federal de promover vazamentos seletivos com objetivos eleitorais. Dino autorizou uma investigação específica sobre a divulgação ilegal de informações sigilosas. Lula, por sua vez, adotou a única posição defensiva: afirmou que não protegerá o filho e que ele responderá como qualquer cidadão.

Tudo isso já era sabido. A novidade é o caso de Marcola. O ex-chefe de gabinete não é acusado de participar das fraudes contra aposentados. Entretanto, a PF apura a origem, a finalidade e a documentação dos R\$ 80 mil recebidos de Roberta. Mesmo que o empréstimo seja comprovadamente lícito, sua existência amplia a proximidade da empresária com o círculo pessoal e político de Lula.

O escândalo bateu à porta do Planalto. A consequência eleitoral pode ser grave porque o desgaste ocorre quando Lula e Flávio Bolsonaro já aparecem tecnicamente empatados. Pesquisa Nexus/BTG, divulgada em 3 de agosto, mostra Lula com 46%, e Flávio com 45% num eventual segundo turno, dentro da margem de erro de dois pontos.